



ACÓRDÃO Nº 883/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1616/2014 - 06 Volumes.

Apenso: Processos nº 1610/2014 e 1617/2014 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Escola de Serviço Público Municipal –ESPI.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Luiza Maria Bessa Rebelo, Diretora Geral da ESPI.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA- Informação Conclusiva nº 17/2015 (fls. 1154/1171).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 900/2015-MP- CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 1017/1018v)

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Escola de Serviço Público Municipal - ESPI. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Ilegalidade do Termo de Contrato nº 003/2013. Recomendação a ESPI. Notificação à responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS a prestação de contas da Escola de Serviço Público Municipal, exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. Luiza Maria Bessa Rebelo, conforme dispõe o Art. 22, II da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Julgar ilegal o Termo de Contrato nº 003/2013 – FESPM, nos termos do art. 5º inciso XVII da Resolução TCE/AM n. 04/2002;

9.3- Recomendar à Escola de Serviço Público Municipal – ESPI:

- a) O fortalecimento da sua Unidade de Controle Interno Setorial;
- b) A alimentação das informações do exercício de 2013 no Sistema ACP, em respeito ao Princípio da Competência;
- c) Que as publicações dos Contratos sejam efetuadas dentro do prazo legal;



ACÓRDÃO Nº 883/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- d)** O devido controle das informações referentes à ESPI e aos extintos FESPM e FMDS;
- e)** A alimentação dos seus Atos Administrativos dentro do prazo legal no Sistema desta Corte de Contas;
- f)** Que proceda com maior zelo na juntada de documentos dos processos administrativos, principalmente dos referentes a contratos de alto vulto;
- g)** O aperfeiçoamento da fase de liquidação dos contratos, com a efetiva verificação do direito adquirido pelo credor, a emissão adequada de comprovantes da prestação dos serviços e a assinatura prévia/concomitante dos servidores responsáveis pelos procedimentos de fiscalização;
- h)** Que sejam elaborados os Projetos Básicos e Termos de Referências das aquisições, obras e serviços, a fim de orçar e compor os custos conforme as suas necessidades;
- i)** Que sejam realizadas cotação de preços a fim de fundamentar as vantagens das Adesões às Atas de Registro de Preços, em detrimento da realização dos certames licitatórios;
- j)** Que as nomeações dos fiscais dos Contratos sejam efetuadas dentro do prazo legal;
- k)** Que seja efetuado o levantamento das atividades de interesse público realizadas com a utilização dos veículos locados;
- l)** Que faça a prévia cotação de preços para as adesões às Atas de Registros de Preços, em cumprimento aos Princípios da Legalidade e da Economicidade;
- m)** Que assegure a devida confiabilidade dos seus registros contábeis, em cumprimento ao Princípio da Oportunidade;
- n)** Que mantenha atualizado o Portal da transparência, sob pena de multa por desrespeito à Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011;

9.4- Notificar a responsável, com cópia do Acórdão, relatório/voto, e respectivos Relatórios Conclusivos, para ciência do feito e interposição de recurso, caso queira.

9- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10-Data da Sessão: 21 de outubro de 2015.

11-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 883/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/ispede> e informe o código: 9C6C5104-AFFB312F-DA205DDEF-ED7617E7